

AGIR POR UM ENSINO SUPERIOR QUE SEJA VERDADEIRAMENTE PARA TODOS

Em setembro de 2022, iniciamos mais um ano letivo no Ensino Superior. Em setembro de 2022 lemos também um pouco por toda a imprensa e sites oficiais títulos como “Segundo maior número de colocados de sempre no Ensino Superior”. O que não lemos com tanta frequência é o número de alunos que não são colocados ano após ano, o aumento desse número, a persistência do mesmo. Enquanto existirem alunos que não são colocados no Ensino Superior, os únicos títulos que podemos lançar na Comunicação Social são aqueles que referirem o número de alunos aos quais falhou o sistema de ensino que hoje sustentamos.

Neste novo ano letivo, este mesmo sistema falhou a aproximadamente doze mil estudantes, dando-nos o poder de afirmar que existem doze mil vagas a menos disponíveis no acesso ao Ensino Superior (ES) face ao número que deveria existir. Ainda neste ano, quase vinte mil dos estudantes que ingressaram no ES fizeram-no alternativamente ao concurso nacional, usando concursos como é exemplo o concurso para alunos com mais de 23 anos ou concursos que requisitem outro tipo de formações para além das disponíveis no ensino recorrente. Com estes dados podemos concluir que ainda muitos são os jovens estudantes que têm de esperar até aos 23 anos para poderem voltar a ter uma oportunidade de estenderem as suas habilitações académicas e que, outros tantos, são aqueles que seguem outras vias de ensino por não encontrarem no ensino recorrente respostas concretas às suas necessidades, aos seus contextos socioeconómicos e à oferta que sobrou para onde se pudessem encaixar: não nos enganemos, em muitos destes casos, estamos também perante realidades onde o sistema escolar até ao ensino secundário falhou a estes mesmos estudantes.

Outro grave problema que os jovens estudantes enfrentam durante o período de ensino secundário consiste na falta de alternativas para a melhoria de notas após a conclusão do mesmo. Imaginemos, um aluno que conclua o ensino secundário com uma média não suficiente para o curso que quer seguir no ES vê as suas opções reduzidas a: ou realizar a melhoria no ano após a conclusão do 12º ano, ou fazer exames nacionais após anular as disciplinas com notas não satisfatórias, o que não corresponde por norma ao sucesso da melhoria de nota, ou então a mítica alternativa de máximo privilégio, a recorrência ao ensino privado onde, pasme-se, um aluno consegue concluir os três anos de ensino secundário num só ano letivo desde que tenha possibilidades económicas para cobrir as mensalidades e, a chave de ouro, não tenha concluído o 12º ano. Traduzindo, o arquétipo do tipo de perfil que esperamos que um estudante consiga desenvolver no ensino público. Ainda assim, o problema não está na existência desta

alternativa, mas sim no facto de não conseguirmos encontrar no ensino secundário público uma forma descomplicada de fazer a melhoria de notas, ou até mesmo de refazer o ensino secundário no mesmo curso de conclusão.

Os entraves que existem no acesso ao ES nunca acabam, e entrave após entrave, a conclusão séria que retiramos da avaliação de todos estes dados é que o problema basilar vai ser sempre o número de vagas que existem disponíveis para o acesso ao ES não ser suficiente. O aumento de vagas resolveria as loucas médias que hoje as nossas faculdades públicas nos oferecem, resolveria a falha no sistema para com todos os estudantes que não viram uma resposta do nosso País em outras esferas da sua vida, resolveria os casos de abandono escolar, a evidente moessa que as desigualdades sociais causam e, no melhor dos casos, resolveria até a pouca fé com que muitos estudantes encaram a continuidade dos estudos. Imaginem existir um sistema de acesso ao ES, sem número de vagas insuficiente, sem propinas associadas, sem falhas na resposta aos estudantes que estão dispostos a refazer e fazer melhor, sem entraves. Paremos de olhar para a abolição dos exames nacionais no acesso ao ES como um mecanismo de diferenciação entre ensino público e o ensino privado e olhemos como a abolição de um entrave entre um aluno que teve reunidas todas as condições para ter um bom aproveitamento escolar e um aluno que não teve. O fácil acesso ao ES não desmerece a nossa qualidade de ensino e formação, torna sim mais igualitário o ponto de onde todos nós, estudantes, partimos. Um bom licenciado será sempre aquele que conseguir concluir a licenciatura proposta pelas nossas faculdades recheadas de prestígio na qualidade de ensino, e nunca por ter sido fácil ou não a sua adesão ao ES.

Se começarmos já esta tão necessária reforma no sistema de ensino, vamos poder um dia deixar de imaginar todos estes cenários e passar a encontrá-los nos títulos de todas as notícias, de todos os setembros.

A Juventude Socialista, neste sentido, propõe:

- O aumento significativo do número de vagas no acesso ao Ensino Superior;
- A inovação do mecanismo de melhoria de notas no sistema de ensino secundário público;
- O início da reforma do sistema de acesso ao Ensino Superior, começando pela abolição dos exames nacionais para acesso do mesmo.